

Não perca nesta edição:

Editorial - 1

Atualidades

Plano de Recuperação e Resiliência
- 2

A saber

Violência doméstica durante a
pandemia
Vacina Covid-19 em Portugal - 3

Questões europeias

Pilar Europeu dos Direitos Sociais
- 4

Barómetro

Taxa de desemprego recua no
quarto trimestre de 2020 -5

A nossa Rede

Universidade Sénior Mutualista -6

Editorial

N' A BENEFICÊNCIA FAMILIAR, CONFINAR NÃO É ISOLAR...!



A BENEFICÊNCIA FAMILIAR - NOVAS INSTALAÇÕES

Este lema orientou-nos desde o início da pandemia. Não deixar nenhum associado para trás e persistir no desígnio de os apoiar, no momento em que mais precisavam da sua Associação. Não foi para isto que nasceu o Mutualismo?

Assim, mantivemo-nos na “linha da frente” da resposta à pandemia: a nossa Secção Funerária realizou todos os serviços fúnebres (mais de 700) solicitados pelas famílias dos associados falecidos, tanto nossos, como das associações mutualistas aderentes à RedeMut ou à Mutual-In, ou com acordos de cooperação connosco.

Garantimos os cuidados de saúde aos Associados: na Clínica da nossa Liga das Associações Mutualistas do Porto, no período entre Junho de 2020 e Janeiro de 2021, foram atendidos 11.575 utentes (uma média superior a 85 por dia) e realizadas 12.596 consultas médicas de diversas especialidades, além das consultas e tratamentos de Medicina Dentária e de Fisioterapia.

Levámos a Associação até casa dos Associados, evitando a sua deslocação até nós: através das novas tecnologias de informação e comunicação, estivemos sempre em contacto com eles, respondendo às suas diferentes solicitações.

Mantivemos a Universidade Sénior Mutualista em atividade on-line, quebrando o isolamento de muitos Associados e criando redes de apoio insubstituíveis.

Levámos o médico a casa dos Associados, 24 horas por dia, todos os dias. Levámos os medicamentos a suas casas, através da Farmácia da nossa Liga do Porto.

Colocámos os nossos trabalhadores em teletrabalho, sempre que possível. Protegemos os restantes com equipamentos de proteção individual, com a colocação de separadores em acrílico e demais medidas de contingência recomendadas.

Por isso, apesar da incerteza que a pandemia representa, não perdemos o rumo. Mantemos as linhas estratégicas definidas no Programa de Ação para 2021: i) inauguração da nova sede e ii) modernização da Caixa Económica do Porto - Caixa Anexa à nossa Associação.

O futuro é nosso e do Movimento Mutualista!

Carlos Jorge

Plano de Recuperação e Resiliência



O processo de discussão e auscultação pública da versão do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que terminou no dia 1 de março, reflete a ambição da adequação das respostas aos constrangimentos e desafios de Portugal.

Antes do envio formal à Comissão Europeia, o Governo consultou a sociedade Portuguesa, pois trata-se de um plano de todos os Portugueses, que deve dar resposta aos grandes desafios que enfrentamos de recuperação económica e social.

O PRR é de aplicação nacional, com um período de execução até 2026, com recursos que ascendem a cerca de 14 mil M€ de subvenções, um conjunto de reformas e de investimentos que permitirão ao país retomar o crescimento económico sustentado. Com base no diagnóstico de necessidades e dos desafios, o PRR foi organizado em três dimensões estruturantes: Resiliência, Transição Climática e Transição Digital, concretizadas através de 19 Componentes que integram por sua vez 36 Reformas e 77 Investimentos.

Posição da APM-RedeMut

Como não podia deixar de acontecer a APM-RedeMut prestou a sua contribuição no âmbito da consulta pública ao PRR, realçando a sua incompreensão sobre a falta de estratégia para a Economia Social que o plano reflete. "Não se aceita esta omissão, quando é certo que na Europa e na União Europeia, o sector da Economia Social tem adquirido cada vez maior relevância e reconhecimento", referem os dirigentes da APM-RedeMut em sede de consulta pública. Realçam que o sistema de saúde português engloba o sistema social de saúde e que as mutualidades e outras entidades da Economia Social asseguram o acesso a cuidados de saúde a milhares de portugueses, que de outro modo não os teriam. Do mesmo modo que o setor público necessita de requalificação, o setor social também dela carece, pelo que devem ser contempladas no plano medidas e investimento para este setor. Defendem, igualmente, a priorização de parcerias com o setor social, otimizando a capacidade instalada de cuidados de saúde primários que se encontram a funcionar, com qualidade e eficiência, e cuja utilização é ainda possível potenciar, designadamente cuidados de medicina geral e familiar e de saúde oral.

No que respeita ao crescimento das redes de cuidados continuados integrados e de respostas sociais, reconhecem a importância de realizar um forte investimento nestas áreas, porém destacam a necessidade prévia de atualizar os valores das comparticipações públicas nestas respostas que se encontram completamente desfasadas face aos custos fixos reais das mesmas. "Antes de implementarmos mais camas, precisamos de resolver o problema crónico da insuficiente comparticipação do Estado nestas respostas. É necessário recalcular o seu financiamento e, quiçá, o próprio modelo de financiamento", afirmam os dirigentes da APM-RedeMut. Saúdam o envolvimento do setor social na estratégia nacional da luta contra a pobreza, mas estranham a ausência de referências a este setor na Componente 5 de Investimento e Inovação, propondo que nas medidas que concretizam a criação e desenvolvimento do Banco de Fomento se inclua o setor social, prevendo financiamentos a longo prazo de projetos de investimento também para este setor.

No pilar do combate às alterações climáticas propõem a adoção de medidas de eficiência energética para os equipamentos das entidades da economia social, que permitam simultaneamente reduzir o consumo de energia, em paralelo com a adoção de sistemas de monitorização e gestão de consumos que permitam gerir e otimizar os consumos de energia aproveitando o potencial da digitalização e a automação. E no pilar da transformação digital, defendem a inclusão da digitalização das entidades da economia social na componente 16 do PRR. "É fundamental que nesta dimensão tão relevante não se deixe para trás o setor social, que precisa de muitos recursos nesta área. Do mesmo modo, é necessário garantir um reforço das competências digitais dos trabalhadores", referem os dirigentes em sede de consulta pública.

Para mais informações aceda [aqui](#).



A saber

1/3 dos inquiridos em estudo sobre violência doméstica foi vítima pela primeira vez na pandemia

Quinze por cento dos inquiridos num estudo sobre violência doméstica em tempos de Covid-19 reportou a ocorrência deste crime na sua casa e um terço das vítimas disse ter sido agredida pela primeira vez durante a pandemia.

Os resultados preliminares do estudo da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) indicam que são as mulheres quem mais refere ser vítima de violência doméstica (15,5%) durante este período, embora os homens também sejam vítimas (13,1%).

O projeto de investigação “VD@COVID19” procurou analisar a violência doméstica psicológica, física e sexual autorreportada durante a pandemia, tendo para isso recolhido, entre abril e outubro de 2020, um total de 1.062 respostas a um questionário online.

Os resultados indicam que “em tempos de Covid-19, a ocorrência de situações de violência é uma realidade em Portugal com 15% dos participantes (159) a relatar ocorrência de violência no seu domicílio e um terço das vítimas (34%) disse ter sofrido violência doméstica pela primeira vez durante a pandemia”.

O tipo de violência mais relatada é a psicológica, com 13% (138 participantes), seguindo-se a sexual, com 1% (11), e a física, com 0,9% (10), existindo coocorrência de diferentes tipos de violência. Segundo o estudo, a maioria das vítimas não procura ajuda nem a denúncia (72%), por a considerarem “desnecessária”, que “não alteraria a situação” e por se sentirem constrangidos com a situação. As vítimas que procuraram ajuda fizeram-no maioritariamente junto de profissionais de saúde mental e, globalmente, avaliaram positivamente a resposta que receberam.



Vacina Covid-19. Como está Portugal em comparação com o resto do mundo



Pelo menos 85 países já iniciaram o processo de vacinação contra a Covid-19 e, no total, já foram administradas mais de 177 milhões de doses. Portugal ocupa atualmente a 34ª posição com um pouco mais de 5 doses inoculadas por 100 habitantes. O objetivo europeu é chegar ao fim do verão com 70% dos adultos imunizados, isto é, com as duas doses da vacina tomadas.

Em Portugal, quando se analisa por faixa etária, o grupo entre os 65-79 anos é dos menos protegidos: só 2% dessa população é que tomou uma dose e 1% é que tem a vacinação completa. Estas percentagens são iguais às pessoas que têm entre 18 e 24 anos. Em contrapartida, 12% (79.774 pessoas) da população que tem mais de 80 anos já tomou uma dose e 7% (42.991) tem a vacinação completa. É o grupo mais protegido.

Na União Europeia, as vacinas são enviadas em simultâneo para todos os Estados-membros e a distribuição das doses é proporcional ao número de habitantes de cada país. Ainda assim, os Estados-membros estão a vacinar a diferentes velocidades. Neste momento, Portugal está ligeiramente acima, mas tem andado quase sempre a par com a média dos 27 Estados-membros. Malta, Dinamarca e Chipre destacam-se pela positiva dos restantes parceiros. Com o menor número de doses por habitante está a Bulgária.

PAÍS	VACINA COMPLETA (%)
1 Israel	30,2%
2 Gibraltar	29,8%
3 Seychelles	14,4%
4 Ilhas Caimão	9,7%
5 Estados Unidos	4,2%
6 Ilha de Man	3,9%
7 Malta	3,7%
8 Ilhas do Canal (Jersey)	3,1%
9 Dinamarca	2,9%
10 Bermuda	2,6%
19 PORTUGAL	1,9%

Nota: O texto e os gráficos podem estar desfasados pela atualização periódica dos dados
Tabela: EXPRESSO • Fonte: Our World in Data • Descarregar estes dados • Criado com Datawrapper

Portugal adquiriu cerca de 22 milhões de doses de várias vacinas, num acordo entre a União Europeia e seis farmacêuticas. Para já há três vacinas aprovadas pela Agência Europeia do Medicamento e que já estão a ser administradas em Portugal: BioNTech/Pfizer, Moderna e AstraZeneca.

Pilar Europeu dos Direitos Sociais | Estratégia para os direitos das pessoas com deficiência 2021-2030



A Comissão Europeia apresentou uma ambiciosa Estratégia para os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021-2030, que garante a sua plena participação na sociedade, em pé de igualdade com as outras pessoas, dentro e fora da UE.

As pessoas com deficiência têm, como todas as outras, o direito de participar em todos os domínios da vida. Embora as últimas décadas tenham registado progressos no acesso aos cuidados de saúde, à educação, ao emprego, às atividades recreativas e à participação na vida política, subsistem muitos obstáculos. Chegou o momento de intensificar a ação europeia.

A nova estratégia contribui para a aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, que serve de orientação para as políticas sociais e de emprego na Europa e para o qual a Comissão adotará esta semana um plano de ação.

Reforçar a igualdade de participação e a não discriminação

A estratégia a dez anos define as iniciativas-chave em torno de três temas principais:

- **Direitos na UE:** As pessoas com deficiência têm o mesmo direito que os outros cidadãos da UE a deslocar-se para outro país ou a participar na vida política. A Comissão Europeia irá propor, até ao final de 2023, um Cartão Europeu de Deficiente para todos os países da UE, que facilitará o reconhecimento mútuo do estatuto de portador de deficiência entre os Estados-Membros. A Comissão também colaborará estreitamente com os Estados-Membros para assegurar a participação das pessoas com deficiência no processo eleitoral em 2023;
- **Vida independente e autonomia:** As pessoas com deficiência têm o direito de viver de forma independente e escolher onde e com quem querem viver. A fim de apoiar a vida independente e a inclusão na comunidade, a Comissão elaborará orientações e lançará uma iniciativa destinada a melhorar os serviços sociais para as pessoas com deficiência;
- **Não-discriminação e igualdade de oportunidades:** A estratégia visa proteger as pessoas com deficiência de qualquer forma de discriminação e violência. Visa garantir a igualdade de oportunidades no acesso à justiça, à educação, à cultura, ao desporto, ao turismo, aos serviços de saúde e de emprego.

Execução da estratégia: cooperação estreita com os países da UE e integração nas políticas internas e externas

A realização das ambições da estratégia exigirá um forte empenho de todos os Estados-Membros. A Comissão criará a Plataforma para a Deficiência, que terá uma presença em linha global e assegurará a continuidade das atividades ao longo do ano. As pessoas com deficiência participarão no diálogo e no processo de aplicação da Estratégia para os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021-2030. Graças a esta estratégia, a UE reforçará o seu papel de defensor dos direitos das pessoas com deficiência.

Para mais informações clique aqui:

- [Comunicação: União da Igualdade: Estratégia sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021-2030](#)
- [Versão de leitura fácil: Uma estratégia para as pessoas com deficiência 2021-2030](#)
- [Perguntas e respostas: Estratégia sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021-2030](#)



Taxa de desemprego recua para 7,1% no quarto trimestre de 2020 e fica nos 6,8% no conjunto de 2020

O desemprego em Portugal fechou o ano passado a descer, com a taxa de desemprego a recuar para 7,1% no quarto trimestre, menos 0,7 pontos percentuais do que o registado no trimestre anterior, indicam os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Ainda assim, na comparação homóloga, isto é, em relação aos últimos três meses de 2019, verificou-se um aumento de 0,4 pontos percentuais na taxa de desemprego.

O número de desempregados no quarto trimestre de 2020 foi estimado pelo INE em 373,2 mil pessoas, diminuindo 7,7% (menos 30,9 mil pessoas) em relação ao trimestre anterior e aumentando 5,9% (mais 20,8 mil) relativamente ao quarto trimestre de 2019. Ao mesmo tempo, o desemprego aumentou na análise em cadeia.

O INE estima a população empregada nos últimos três meses de 2020 em 4,8595 milhões de pessoas, o que representa um aumento de 1,2% (mais 59,6 mil pessoas) face ao trimestre anterior. Ainda assim, na análise homóloga, verificou-se uma diminuição de 1% (menos 48,1 mil pessoas).

Dada a situação de pandemia, o INE apresenta ainda outros indicadores. É o caso da população empregada ausente do trabalho - nomeadamente por estar em situação de lay-off -, que na semana de referência do quarto trimestre de 2020 diminuiu 47,8% (menos 396,1 mil pessoas) face ao trimestre anterior. Já em relação ao quarto trimestre de 2019, ou seja, uma situação pré-pandemia, verificou-se um aumento de 26% (mais 89,4 mil pessoas).

O INE apresenta ainda os dados para o conjunto de 2020 que indicam que a taxa de desemprego ficou nos 6,8%, um valor acima dos 6,5% de 2019, mas que traduz um aumento ligeiro.

Mais ainda, fica muito abaixo não só da projeção do Governo (8,7%), como das projeções de toda as principais organizações nacionais e internacionais, que oscilavam entre 7,2% (Banco de Portugal) e 10% (Conselho das Finanças Públicas).

Quadro 2: Subutilização do trabalho por componente					
Portugal	Valor trimestral			Valor anual	
	4T-2019	3T-2020	4T-2020	2019	2020
Número	Milhares de pessoas				
Total	678,0	813,7	750,3	690,0	751,8
População desempregada	352,4	404,1	373,2	339,5	350,9
Subemprego de trabalhadores a tempo parcial	155,7	158,6	163,6	160,2	153,5
Inativos à procura de emprego mas não disponíveis	24,7	17,7	21,5	22,8	21,5
Inativos disponíveis mas que não procuram emprego	145,2	233,3	192,0	167,5	226,0
Taxa	%				
Taxa de desemprego	6,7	7,8	7,1	6,5	6,8
Taxa de subutilização do trabalho	12,5	14,9	13,8	12,7	13,9

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego - 4.º trimestre de 2020.

Indicadores Europa 2020				
Portugal	Meta 2020	Valor anual		
		2011	2019	2020
Taxa de emprego dos 20 aos 64 anos	75%	68,8	76,1	74,7
Taxa de abandono precoce de educação e formação	10%	23,0	10,6	8,9
Taxa de escolaridade do ensino superior	40%	26,7	36,2	39,6

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego - 4.º trimestre de 2020.

Esta evolução, com o desemprego a subir muito menos do que o esperado face à situação de crise no país provocada pela pandemia - recorde-se que o Produto Interno Bruto recuou 7,6% no ano passado, uma queda inédita na história da democracia portuguesa - e muito menos do que na última crise, é indissociável de dois fatores. Primeiro, o Governo avançou logo em março de 2020 com medidas de apoio ao emprego - o lay-off é o exemplo paradigmático - que permitiram conter a subida do desemprego. E segundo, como já explicado acima, a situação de pandemia leva a que parte das pessoas sem emprego não procurem ativamente um posto de trabalho ou não estejam disponíveis no imediato para aceitar uma vaga, sendo por isso classificadas pelo INE como inativas e não como desempregadas.

Os três indicadores Europa 2020 – taxa de emprego dos 20 aos 64 anos, taxa de abandono precoce de educação e formação e taxa de escolaridade do ensino superior – observaram os seguintes valores: 74,7%, 8,9% e 39,6% (76,1%, 10,6% e 36,2% em 2019). Assim, o primeiro e o terceiro indicadores ficaram um pouco aquém das respetivas metas (75% ou mais e no mínimo 40%, respetivamente), enquanto o segundo superou a meta estabelecida (menos de 10%).



Universidade Sênior Mutualista

Quando há cerca de quatro anos, me juntei ao projeto d'A Beneficência Familiar estava longe, muito longe de imaginar que o ano 2020 fosse como foi e que o ano seguinte fosse como está. Integrei a primeira equipa de professores, tendo a meu cargo a missão de transmitir aos alunos a minha segunda língua, o inglês. A minha ideia era providenciar um ensino informal, baseado na partilha e não na competitividade. E se houver um riacho no meu sangue que eu tenha trazido comigo de Manchester, onde nasci, que ele seja o famosíssimo sentido de humor dos britânicos. Depressa percebi que a minha mais importante função perante as turmas que fui tendo era a do aconchego, de pôr pessoas que nunca aprenderam inglês na vida e pessoas que quase não precisavam de aulas a sentirem-se acompanhadas.

Isso foi em tempos pré-covid, como já me parece acertado chamar aos anos de vida livre, despreocupada. Todos aguardamos agora por uma era pós-covid, alimentados por uma esperança de agulhas. Sem planos. A ver no que isto dá. Se a ideia de contribuir para combater a solidão dos meus alunos fazia sentido nesses tempos que já parecem antigos, talvez ela seja agora objetivo principal, mais até do que ensinar-lhes inglês. Não me interpretem mal, o ensino da língua continua lá, é para que isso aconteça que preparo as aulas semanais, mas, como eu já disse às minhas queridas e aos meus queridos alunos, o mais importante para mim é que eles estejam bem em todos os sentidos.

O papel da Universidade Sênior d'A Beneficência Familiar é, mais do que nunca, abraçar os seus alunos de forma não-litera, até porque o Zoom não é capaz, por agora, dessas proezas tecnológicas. Todas as quintas-feiras eu abraço os meus alunos ensinando-lhes novas palavras, intermediando-as com histórias pessoais, curiosidades da língua, uma pitada de geografia e do colorido da cultura do Reino Unido. Nas nossas aulas, ao contrário do que acontece na escola dita tradicional, não existe a pressão dos testes, ninguém está sob escrutínio nem com pressa de acabar o ano e ir de férias. A complexa fase que vivemos não o permitiria, mas já antes era esta a minha postura.



Para terminar, grande parte do ano letivo passado não aconteceu. Fomos apanhados de surpresa por esse bicho cornudo com vários nomes (não, não é o Diabo, é mesmo a Covid-19, o novo coronavírus, o SARS-Covid, etc.) em março, sem tempo para organizar o que agora, finalmente, temos. Nunca gostei de falar com pessoas por computador mas reconheço a dádiva útil do Zoom.

Voltando ao ano passado, em articulação com os responsáveis pelo projeto, criei algumas fichas de trabalho para que a memória não começasse a falhar. Enviava-as por e-mail e elas eram, de seguida, enviadas para os alunos. Uma senhora recusou-as, como se fossem inúteis. E eram. Porque ela estava nas minhas aulas para ter companhia, para esquecer a solidão, que é uma doença e não pode ser encarada de outra maneira. Compreendi-a e nunca lhe levei a mal o comentário ou a sua ausência nas aulas à distância. Alguns dos alunos que passam uma hora e meia comigo à quinta-feira conhecem-me desde que me juntei ao projeto. Outros são mais recentes e espero que se sintam bem-vindos. Entramos nas casas uns dos outros e podemos falar sem máscara. E isso é reconfortante.

Carlos Luís Ramalhão
Professor de Inglês da Beneficência Familiar

Preencha o [inquérito](#) e ajude-nos a melhorar a nossa newsletter. A sua opinião importa!